

Heráclito Antônio Mossin

Advogado criminalista, mestre em Direito Processual Penal, professor de Direito Processual Penal na Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) (graduação), na Universidade de Rio Preto (UNIRP) (pós-graduação); na Escola Superior de Advocacia (ESA) e na Faculdade Armando Álvares Penteado (PÓS-GRADUAÇÃO). Membro das Academias Brasileira de Direito criminal (ABDECRIM) e Ribeirãopretana de Letras Jurídicas.

Júlio César O. G. Mossin

Curso de especialização em Direito Processual Penal pela Escola Superior de Advocacia (ESA) e Faculdade Armando Álvares Penteado (FAAP).



Manual de Prática **Processual Penal**



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

Manual de Prática Processual Penal - 2ª edição

© Heráclito Antônio Mossin & Júlio César O. G. Mossin

J. H. MIZUNO 2015

Revisão:

Heráclito Antônio Mossin & Júlio César O. G. Mossin

Ficha Catalográfica Elaborada Por

Meyre Raquel Tosi

Bibliotecária – CRB 8 nº 759

343.1 M871m	Mossin, Heráclito Antônio Manual de prática processual penal / Heráclito Antônio Mossin; Júlio César O.G. Mossin. Leme: J. H. Mizuno, 2015. 500p. 23cm. Inclui referências. Inclui índice alfabético remissivo. 1. Direito penal. 2. Processo penal – Prática. I. Mossin, Júlio César O.G. II. Título.	
ISBN 978-85-7789-213-6		CDU 343.1
Índice para o Catálogo Sistemático		
Direito penal		343.1
Processo penal- Prática		343.1

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à

JH MIZUNO

Rua Prof. Mário Zini, 880 – Cidade Jardim – CEP: 13614-230 – LEME/SP

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editorajhmizuno.com.br

e-mail: atendimento@editorajhmizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Sumário

CAPÍTULO 1

Inquérito Policial.....	21
1. Objetivo	21
2. Função.....	21
3. Meios de instauração	22
3.1. Instauração de ofício.....	22
3.2. Instauração mediante requisição	23
3.3. Instauração mediante requerimento do ofendido ou seu representante legal em crime de ação penal pública incondicionada	23
3.4. Instauração mediante comunicação verbal ou por escrito de qualquer pessoa do povo	24
3.5. Instauração mediante representação.....	25
3.6. Instauração mediante requerimento em crime de ação penal privada	25
3.7. Instauração mediante auto de prisão em flagrante	26
4. Arquivamento do inquérito policial	28
5. Modelos	31
5.1. Modelo de portaria de instauração de inquérito policial	31
5.2. Modelo de instauração de inquérito policial mediante requerimento em crime de ação penal pública incondicionada	32
5.3. Modelo de instauração de inquérito policial mediante representação	34
5.4. Modelo de instauração de inquérito policial mediante requerimento do ofendido em crime de ação penal privada	36
5.5. Modelo de procuração para qualquer hipótese de instauração de inquérito policial	38

CAPÍTULO 2

Ação Penal	39
1. Considerações.....	39
2. Requisitos da denúncia e da queixa.....	40

2.1. Exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias.....	40
2.2. Qualificação do acusado ou esclarecimentos pelo quais se possa identificá-lo ...	41
2.3. Classificação do crime	41
2.4. Rol de testemunhas	41
2.5. Citação	41
2.6. Pedido	42
3. Instrumento procuratório	42
4. Modelos	44
4.1. Modelo de petição de queixa-crime	44
4.2. Modelo de denúncia no juízo singular	47
4.3. Modelo de denúncia no juízo do júri.....	49
4.4. Modelo de procuração <i>ad juditia</i>	51

CAPÍTULO 3

Prisão e Liberdade Provisória.....	53
1. Prisão	53
1.1. Prisão em flagrante	53
1.2. Prisão preventiva.....	53
1.3. Prisão temporária	56
1.3.1. Considerações	56
1.3.2. Prisão temporária nos crimes não hediondos.....	56
1.3.3. Prisão temporária em crime hediondo e aqueles a ele equiparados	58
1.4. Prisão domiciliar e sua substituição	59
1.5. Medida cautelar diversa da prisão	60
1.6. Prisão decorrente de pronúncia	60
1.7. Prisão defluente de sentença condenatória	61
2. Liberdade provisória	62
2.1. Liberdade provisória vinculada e não vinculada sem fiança	62
2.2. Hipóteses do art. 310, <i>caput</i> , e 321 do Código de Processo Penal.....	63
2.3. Hipótese do indiciado ou réu pobre.....	64
2.4. Liberdade provisória mediante fiança	65
3. Modelos	68
3.1. Modelo de petição de relaxamento de prisão em flagrante	68
3.2. Modelo de petição de liberdade provisória.....	70
3.3. Modelo de petição de arbitramento de fiança	72
3.4. Modelo de petição de prisão preventiva por prisão domiciliar ou outra medida cautelar diversa da prisão	74

CAPÍTULO 4

Exceções Processuais	77
1. Considerações genéricas	77
2. Classificação das exceções	78
2.1. Exceção de suspeição em primeiro grau, considerações e hipóteses	78
2.1.1. Exceção reconhecida de ofício	80
2.1.2. <i>Exceptio suspicionis</i> arguida pelas partes	81
2.1.3. Arguição pelo assistente de acusação	81
2.1.4. Petição de exceção de suspeição, seu reconhecimento e não reconhecimento	81
2.1.5. Procedimento da exceção no tribunal	82
2.1.6. Exceção de suspeição nos tribunais	83
2.1.7. Suspeição de outros agentes públicos	85
2.1.7.1. Ministério Público	85
2.1.7.2. Peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da justiça	87
2.1.7.3. Jurados	87
2.2. Exceção de incompetência	88
2.2.1. Considerações	88
2.2.2. Reconhecimento de ofício da <i>incompetentia judicis</i>	88
2.2.3. Arguição da incompetência pelo acusado	88
2.2.4. Exceção de incompetência diante dos tribunais	89
2.3. Exceção de litispendência	89
2.3.1. Considerações	89
2.3.2. Elementos identificadores das causas pendentes	89
2.3.3. Procedimento	90
2.4. Exceção de ilegitimidade de parte	90
2.5. Exceção de coisa julgada	91
3. Modelos	93
3.1. Modelo de exceção de incompetência do juízo	93
3.2. Modelo de exceção de suspeição de magistrado de primeiro grau de jurisdição	95
3.3. Modelo de exceção de litispendência	97
3.4. Modelo de exceção de coisa julgada	99

CAPÍTULO 5

Assistente do Ministério Público	101
1. Considerações e titularidade	101
2. Função, interesse e admissão	101

3. Poderes do assistente	103
4. Modelos	107
4.1. Modelo de procuração <i>ad juditia</i>	107
4.2. Modelo de petição para assistente do ministério público	108

CAPÍTULO 6

Sentença	109
1. Considerações e etimologia	109
2. Sentença do juízo singular	110
2.1. Requisitos e elementos	110
2.2. Os nomes das partes ou, quando não for possível, as indicações necessárias para identificá-las (I) e a exposição sucinta da acusação e da defesa (II)	110
2.3. A indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão (III) ..	111
2.4. Indicação dos artigos de lei aplicados (IV)	112
2.5. Dispositivo (V)	112
2.6. Data e assinatura do juiz (VI)	112
2.7. Classificação da sentença no juízo singular	113
2.7.1. Sentença absolutória	113
2.7.2. Sentença condenatória	114
2.7.3. Sentenças definitivas de mérito em sentido estrito	116
2.7.4. Sentenças declaratória e constitutiva	116
2.7.5. Modelos	117
2.7.5.1. Modelo de sentença condenatória no juízo singular	117
2.7.5.2. Modelo de sentença absolutória no juízo singular	120
3. Sentenças no processo penal do júri	122
3.1. Sentença desclassificatória de crime de competência do júri para o juízo singular ..	122
3.2. Sentença de pronúncia	122
3.3. Sentença de impronúncia e despronúncia	123
3.4. Absolvição sumária	124
3.5. Decisão desclassificatória no plenário do júri	125
3.6. Decisão condenatória no plenário do júri	126
3.7. Decisão absolutória no plenário do júri	126
3.8. Modelos de sentença no processo do júri	127
3.8.1. Modelo de sentença de absolvição sumária	127
3.8.2. Modelo de sentença desclassificatória	130
3.8.3. Modelo de sentença de impronúncia	132
3.8.4. Modelo de sentença de pronúncia	136

CAPÍTULO 7

Reabilitação	139
1. Considerações.....	139
2. Requisitos.....	139
2.1. Prazo	140
2.2. Domicílio no país.....	140
2.3. Bom comportamento público ou privado.....	141
2.4. Ressarcimento do dano causado pelo crime impossibilidade de fazê-lo, renúncia ou novação da dívida.....	141
2.5. Certidão de antecedentes criminais	142
3. Competência	143
4. Revogação da reabilitação.....	143
5. Novo pedido	144
6. Recursos	144
7. Modelo de petição de reabilitação.....	145

CAPÍTULO 8

Soma e Unificação das Penas	149
1. Modelo de petição de unificação de penas	152

CAPÍTULO 9

Detração e Remição da Pena	155
1. Modelo de petição de remição da pena	158

CAPÍTULO 10

Aplicação da Lei Mais Benigna	159
1. Modelo de petição de extinção da punibilidade.....	161

CAPÍTULO 11

Progressão de Regime Prisional	163
1. Modelo de petição postulando pela progressão de regime prisional	167

CAPÍTULO 12

Livramento Condicional	169
1. Considerações Propedêuticas.....	169
2. Requisitos.....	170
2.1. Pena que permite o livramento	170

2.2. Tempo de cumprimento da pena	170
2.3. Comportamento e trabalho durante a execução da pena	171
2.4. Reparação do dano emergente do crime	171
2.5. Crime doloso cometido com violência ou grave ameaça à pessoa	172
3. Condições do livramento condicional	172
4. Revogação do livramento condicional e seus efeitos	173
5. Modelo de petição de livramento condicional	175

CAPÍTULO 13

Procedimento, Resposta Escrita e Memoriais	177
1. Considerações e classificação	177
2. Procedimento ordinário	178
2.1. Oferecimento da denúncia ou queixa, rejeição e recebimento	178
2.2. Citação do réu	180
2.3. Resposta escrita	180
2.4. Audiência de instrução, debates, julgamento e cisão	182
3. Procedimento sumário	183
4. Procedimento no júri	184
5. Procedimento no Juizado Especial Criminal (JECRIM)	187
6. Procedimento na Lei de Entorpecentes	189
7. Procedimento em ação penal originária	195
7.1. Considerações	195
7.2. Pessoas com prerrogativa de foro	195
7.3. Base normativa	198
7.4. Início da ação penal	199
7.5. Resposta do acusado e recebimento da denúncia ou queixa	202
7.6. Instrução criminal	206
8. Modelos	211
8.1. Modelo de resposta escrita	211
8.2. Modelo de memorial no juízo singular	214
8.3. Modelo de memorial no processo penal do júri (desclassificação do crime ou afastamento de qualificadora)	217
8.4. Modelo de memorial no processo penal do júri objetivando a absolvição sumária ..	223
8.5. Modelo de memorial no processo penal do júri objetivando a impronúncia	226

CAPÍTULO 14

Recursos	229
1. Teoria geral dos recursos	229

2. Recursos ordinários.....	234
3. Apelação.....	235
3.1. Sentenças do juízo monocrático	235
3.2. Decisões do tribunal do júri	236
3.2.1. Nulidade posterior à pronúncia	236
3.2.2. Sentença do juiz presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados	237
3.2.3. Erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança	237
3.2.4. Decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos	238
3.3. Impronúncia e absolvição sumária.....	238
3.4. Apelação total e parcial	239
3.5. <i>Reformatio in peius</i> e <i>reformatio in melius</i>	240
3.6. Prazos e forma de interposição do apelo.....	241
3.7. Instrução da apelação com novos documentos	245
3.8. Extinção anormal da apelação	245
3.9. Competência para conhecer e julgar a apelação.....	245
3.10. Sustentação oral da apelação.....	246
3.11. Apelação nos juizados especiais criminais.....	246
3.12. Modelos.....	248
3.12.1. Modelo de apelação no processo penal do júri.....	248
3.12.2. Modelo de razões recursais em apelação no juízo singular	252
4. Recurso em sentido estrito.....	270
4.1. Previsão normativa e <i>numerus clausus</i>	270
4.2. Análise sumária das hipóteses que comportam o recurso no código de processo penal.....	270
4.2.1. Decisão que não receber a denúncia ou queixa.....	271
4.2.2. Decisão que concluir pela incompetência do juízo	274
4.2.3. Decisão que julgar procedente as exceções, salvo a de suspeição.....	274
4.2.4. Decisão que pronunciar o réu	275
4.2.5. Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar prisão em flagrante.....	275
4.2.6. Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido seu valor	276
4.2.7. Decisão que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.....	277
4.2.8. Decisão que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade.....	277

4.2.9. Decisão que conceder ou negar ordem de <i>habeas corpus</i>	277
4.2.10. Decisão que anular o processo da instrução criminal no todo ou em parte	278
4.2.11. Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir	278
4.2.12. Decisão que denegar a apelação ou julgá-la deserta	279
4.2.13. Decisão que ordenar a suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial	279
4.2.14. Decisão sobre incidente de falsidade	279
4.3. Recurso em sentido estrito voluntário e <i>ex officio</i>	280
4.4. Interesse, legitimidade e prazo recursal	280
4.5. Interposição e competência para conhecer e julgar o recurso	281
4.6. Subida do recurso nos próprios autos e por instrumento	282
4.7. Efeitos do recurso sem sentido estrito	282
4.8. Procedimento em primeiro grau de jurisdição	283
4.9. Modelo de petição de interposição e razões de recurso em sentido estrito	284
5. Carta testemunhável	288
5.1. Considerações e cabimento	288
5.2. Prazo recursal	289
5.3. Titularidade recursal	289
5.4. Procedimento em primeira instância, efeito recursal e procedimento em segunda instância	289
5.5. Modelo de carta testemunhável	292
6. Embargos infringentes e de nulidade	295
6.1. Diferença e Finalidade	295
6.2. Pressuposto objetivo	295
6.3. Embargos e concurso de crimes	296
6.4. Titularidade	296
6.5. Prazo e interposição	296
6.6. Modelo de recurso de embargos de nulidade	298
7. Embargos declaratórios	301
7.1. Considerações	301
7.2. Permissivos processuais	301
7.3. Interposição, motivação e prazos	302
7.4. Interrupção do prazo para outro recurso	302
7.5. Embargos de declaração no juizado especial criminal	302
7.6. Modelo de petição de embargos declaratórios	303

8. Correição parcial	304
8.1. Definição e considerações	304
8.2. Pressupostos objetivos	304
8.3. Pressupostos subjetivos.....	304
8.4. Prazo e procedimento no juízo <i>a quo</i> e <i>ad quem</i>	305
8.5. Modelo de petição de correição parcial.....	306
9. Agravo na execução	309
9.1. Decisões agraváveis	309
9.2. Interesse e legitimidade recursal.....	309
9.3. Prazo recursal e sua contagem.....	309
9.4. Forma de interposição.....	310
9.5. Interposição e competência para conhecer e julgar o recurso de agravo.....	310
9.6. Efeitos do recurso de agravo	311
9.7. Procedimento no juízo <i>a quo</i> e no <i>ad quem</i>	311
9.8. Modelo de recurso de agravo na execução	313
10. Recurso ordinário constitucional	315
10.1. Considerações	315
10.2. Recurso ordinário constitucional de <i>habeas corpus</i> no Supremo Tribunal Federal..	315
10.3. Recurso ordinário de mandado de segurança para o Supremo Tribunal Federal..	316
10.4. Recurso ordinário constitucional em crime político para o Supremo Tribunal Federal.....	316
10.5. Recurso ordinário constitucional de <i>habeas corpus</i> para o Superior Tribunal de Justiça.....	317
10.6. Recurso ordinário constitucional de mandado de segurança para o Superior Tribunal de Justiça	321
10.7. Modelos.....	323
10.7.1. Modelo de petição de Recurso Ordinário Constitucional de <i>habeas corpus</i> (ROC).....	323
10.7.2. Modelo de petição de Recurso Ordinário Constitucional de <i>habeas corpus</i> (ROC).....	326
10.7.3. Modelo de petição de recurso ordinário constitucional de mandado de segurança	337

CAPÍTULO 15

Recurso Especial.....	341
1. Requisitos de admissibilidade	341
1.1. Tempestividade	341
1.2. Motivação	341

1.3. Legitimidade	342
1.4. Decisão de tribunal.....	342
1.5. Esgotamento prévio dos recursos ordinários	342
1.6. Prequestionamento	343
2. Permissivos constitucionais.....	343
3. Efeito recursal.....	345
4. Procedimento	346
5. Modelo de petição de recurso especial.....	349

CAPÍTULO 16

Recurso Extraordinário.....	359
1. Requisitos de admissibilidade	359
2. Pressupostos constitucionais	359
3. Repercussão geral	360
4. Procedimento recursal no juízo <i>a quo</i>	360
5. Modelo de petição de recurso extraordinário	362

CAPÍTULO 17

Recursos na Lei nº 8.038/90	369
1. Agravo de instrumento.....	369
2. Agravo regimental e inominado como meio impugnativo no campo do agravo de instrumento no Superior Tribunal de Justiça	371
3. Agravo inominado como meio impugnativo no campo do agravo de instrumento no Supremo Tribunal Federal.....	374
4. Embargos de divergência.....	376
5. Modelos	378
5.1. Modelo de agravo de instrumento.....	378
5.2. Modelo de embargos de divergência	384

CAPÍTULO 18

Recursos Regimentais.....	389
1. Recurso de agravo regimental no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.....	389
2. Recursos regimentais no Tribunal Regional Federal da 3ª Região.....	390
2.1. Agravo de instrumento	390
2.2. Agravo regimental	391
3. Recursos regimentais no Superior Tribunal de Justiça	392
3.1. Agravo regimental	392

3.2. Embargos de declaração	392
3.3. Embargos de divergência.....	393
4. Recursos regimentais no Supremo Tribunal Federal	393
4.1. Agravo de instrumento	394
4.2. Agravo regimental	394
4.3. Embargos de divergência e embargos infringentes	395
4.3.1. Embargos de divergência	395
4.3.2. Embargos infringentes	395
4.3.3. Procedimento	396
4.4. Embargos de declaração	398
4.5. Modelo de recurso de agravo regimental.....	399

CAPÍTULO 19

Revisão Criminal	401
1. Considerações.....	401
2. A coisa julgada como pressuposto da revisão.....	401
3. Natureza jurídica	401
4. Formas da revisão.....	402
5. Revisão no processo penal do júri	403
6. Hipóteses de cabimento da revisão criminal.....	403
6.1. Sentença condenatória contrária ao texto expresso da lei penal.....	404
6.2. Quando a sentença condenatória for contrária à evidência dos autos	405
6.3. Sentença condenatória fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos	406
6.4. Descoberta, após a sentença, de novas provas de inocência do condenado ...	407
6.5. Descoberta, após a sentença, de circunstâncias que determinem ou autorizem diminuição especial da pena.....	408
7. Consequências do provimento do pedido revisional	409
7.1. Alterar a classificação da infração ou modificar a pena	409
7.2. Absolução do réu	409
7.3. Anular o processo.....	410
7.4. Extensão ao corréu ou partícipe	410
8. Legitimidade para requerimento da revisão	410
9. Oportunidade e reiteração do pedido revisional.....	412
10. Revisão e prisão do revisionando	413
11. Indenização e revisão.....	413
11.1. Introdução.....	413

11.2. Pedido indenizatório.....	413
11.3. Indenização em sede de ação penal privada	414
11.4. Isenção do dever de indenizar	415
11.5. Titularidade para o pedido indenizatório.....	415
12. Modelo de petição de revisão criminal	416

CAPÍTULO 20

Mandado de Segurança em Matéria Criminal	419
1. Previsão normativa	419
2. Tutela de direito individual	419
3. Análise dos requisitos constitucionais	420
4. Mandado de segurança no campo do inquérito policial	421
5. Mandado de segurança contra ato jurisdicional penal	423
6. Processo do mandado de segurança	425
7. Modelo de petição de mandado de segurança	428

CAPÍTULO 21

Reclamação.....	433
1. Base normativa.....	433
2. Etimologia e natureza jurídica	433
3. Funções político-jurídicas.....	435
4. Procedimento	440
5. Reclamação e súmula vinculante.....	442
6. Modelo de petição de reclamação.....	447

CAPÍTULO 22

Habeas Corpus	449
1. Fonte normativa.....	449
2. Abrangência.....	449
3. Natureza jurídica	450
4. Permissivos processuais	450
4.1. Coação ilegal por falta de justa causa	450
4.2. Coação ilegal quando alguém estiver preso por mais tempo que determina a lei....	454
4.3. Quando quem ordenar a coação não tiver competência	456
4.4. Quando houver cessado o motivo que autorizou a coação	456
4.5. Quando alguém não for admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza	457

4.6. Quando o processo for manifestamente nulo	458
4.7. Quando extinta a punibilidade.....	459
5. <i>Habeas corpus</i> preventivo e liberatório	461
6. Reiteração do pedido	461
7. Concessão de ofício	462
8. Concessão de plano e liminar	463
9. Requisição de informações da autoridade coatora	463
10. Petição de <i>habeas corpus</i>	464
11. Competência para conhecer e julgar o <i>writ</i>	465
11.1. Competência originária.....	465
11.2. Competência recursal.....	467
11.2.1. Competência dos Tribunais locais.....	467
11.2.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.....	467
12. Modelos	469
12.1. Modelo de petição de <i>habeas corpus</i> para o Superior Tribunal de Justiça.....	469
12.2. Modelo de petição de <i>habeas corpus</i> em primeiro grau de jurisdição	478
REFERÊNCIAS	485
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	487